

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

Requerimento Nº /2009
(do Sr. Domingos Dutra)

Requer a realização de Audiência Pública para discussão da abertura dos arquivos da ditadura militar e da Guerrilha do Araguaia, ocorrida entre 1972 e 1975 e das recentes declarações do oficial da reserva Sebastião Curió Rodrigues de Moura, conhecido como Major Curió, à imprensa.

Senhor Presidente:

Nos termos do Art. 24 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeremos a Vossa Excelência que, ouvido o Plenário desta Comissão, seja realizada **Audiência Pública para discussão da abertura dos arquivos do período da ditadura militar e da Guerrilha do Araguaia, ocorrida entre 1972 e 1975**, sendo convidado o oficial da reserva Sebastião Curió Rodrigues de Moura, conhecido como major Curió, que fez parte da repressão à Guerrilha.

JUSTIFICAÇÃO

Ocorridos entre 1972 e 1974, os combates entre as tropas da ditadura militar e a guerrilha do Araguaia deixaram cerca de 70 pessoas desaparecidas -- guerrilheiros e moradores locais.

Por meio de uma luta realizada em área rural, o objetivo dos guerrilheiros era criar uma zona livre no sul do Pará, mobilizar a população e fazer uma revolução para depor o regime.

A partir de 1982, com o início do processo de redemocratização do país, familiares de ex-integrantes do movimento passaram a cobrar na Justiça a localização e

recuperação dos restos mortais dos desaparecidos.

Atualmente a divulgação de informações contidas no acervo pessoal do Major Reformado Sebastião Curió Rodrigues de Moura, trouxe o assunto a tona. Segundo o que foi divulgado em reportagem do Jornal “O Estado de São Paulo”, 41 membros da Guerrilha do Araguaia que foram rendidos e mortos pelas forças armadas militares do governo brasileiro. Na versão militar, 67 guerrilheiros estavam de armas na mão quando morreram. A falta de arquivos e informações oficiais era apontada como a grande dificuldade para que corpos dos guerrilheiros fossem encontrados e mais detalhes fossem revelados.

Por conta dos fatos comentados, se faz necessário a realização de audiência pública para discussão de fato tão relevante e que representa a quebra do pacto de silêncio mantido pelos militares, evitando-se que o tempo colabore com a impunidade. Dessa forma essa Comissão pode contribuir para realizar a justiça para esclarecer a verdade aos familiares dessas vítimas.

Sala da Comissão, de junho de 2009.

“Justiça se faz na luta”

Dep. Fed. Domingos Dutra
(PT/MA)